



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A
G A B I N E T E D O V E R E A D O R M A N U E L S A L G A D O

PROPOSTA N.º 9/2014

Assunto: Aprovar submeter à Assembleia Municipal, a isenção de taxas pela ocupação do domínio público municipal na realização de obras de conservação, promovidas pelo Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana nos Lotes 2, 3, 4, 17, 18, 19, 20 e 34 do Bairro das Amendoeiras, em cumprimento da Cláusula 4ª do Protocolo de Parceria para a concretização do Programa de Reabilitação e Desenvolvimento Integrado de Marvila - Viver Marvila.

Pelouro: Vereador Manuel Salgado

Serviços: UCT

Considerando que:

- a) O Município de Lisboa celebrou em 7 de Fevereiro de 2009, com o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, o Protocolo de Parceria para a concretização do Programa de Reabilitação e Desenvolvimento Integrado de Marvila - Viver Marvila, em cumprimento da Deliberação nº 1265/CM/2008, publicada no Boletim Municipal nº 774 de 18 de Dezembro de 2008;
- b) O Município de Lisboa se comprometeu na Cláusula 4ª do referido Protocolo de Parceria "A desenvolver procedimentos, designadamente os relativos à redução ou isenção de impostos e taxas municipais e os necessários para que a área possa beneficiar dos apoios à reabilitação urbana consagrados na lei";
- c) O Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana tem vindo a realizar obras em edifícios da sua propriedade sitos no Bairro das Amendoeiras, abrangidos pelo referido Protocolo de Parceria, tendo em vista dar resposta aos problemas de degradação do edificado, do espaço público, de planeamento e de ordem social, que afetam entre outros o Bairro das Amendoeiras;
- d) O Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana requereu a isenção do pagamento das taxas relativas às licenças de ocupação da via pública relacionadas com a realização de obras nos lotes 2, 3, 4, 17, 18, 19, 20 e 34 do Bairro das Amendoeiras;



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A
G A B I N E T E D O V E R E A D O R M A N U E L S A L G A D O

- e) As obras em curso nestes edifícios se enquadram no âmbito territorial definido na Cláusula 1ª do referido Protocolo de Parceria designado por Programa Viver Marvila, o que lhes confere um elevado interesse municipal e público, merecedor do devido apoio municipal;
- f) As taxas de ocupação são devidas nos termos dos artigos 22º e 31º do Regulamento Municipal de Taxas Relacionadas com a Atividade Urbanística e Operações Conexas, aprovado pela Assembleia Municipal através da Deliberação nº 48/AML/2012 (Deliberação nº 734/CM/2011), na sua reunião de 24 de Julho de 2012;
- g) A competência para a aprovação de taxas e correspondentes isenções é da Assembleia Municipal, conforme resulta do artigo 25º nº 1, alínea b) do Regime Jurídico das Autarquias Locais, estabelecido pela Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro;

Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere:

Submeter, nos termos da alínea ccc) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro à aprovação da Assembleia Municipal, para os efeitos da alínea b) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, a isenção de taxas pela ocupação do domínio público municipal na realização de obras de conservação promovidas pelo Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana nos Lotes 2, 3, 4, 17, 18, 19, 20 e 34 do Bairro das Amendoeiras, em cumprimento da Cláusula 4ª do Protocolo de Parceria para a concretização do Programa de Reabilitação e Desenvolvimento Integrado de Marvila-Viver Marvila.

Lisboa, em 9 de Janeiro de 2014.

O Vereador

Manuel Salgado

- Deliberação n.º 1265/CM/2008 (Proposta n.º 1265/2008)
- Subscrita pelo Sr. Presidente:

Protocolo de Parceria entre o Município de Lisboa e o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU) para a concretização do Programa de Reabilitação e Desenvolvimento Integrado de Chelas - Viver Chelas

Pelouros: Vereador Manuel Salgado, Vice-presidente Marcos Perestrello, Vereadora Ana Sara Brito e Vereador Sá Fernandes.
Serviços: Direcção Municipal de Conservação e Reabilitação Urbana e Direcção Municipal de Ambiente Urbano.

Considerando que:

- A - A Câmara Municipal de Lisboa pretende intervir na zona de Chelas, de forma integrada, ou seja, com impacto no edificado, no espaço público e nos equipamentos colectivos da área, e coordenada, estabelecendo parcerias com várias entidades (públicas ou privadas), com o fim último de promover a melhoria sustentável da qualidade de vida da população local;
- B - A zona em causa apresenta, para além da degradação física, problemas sociais e factores críticos de integração e de deficiente interligação física e funcional com a malha urbana envolvente, que urge resolver;
- C - O Município de Lisboa é proprietário, quer de imóveis habitacionais, quer de imóveis comerciais, na referida zona, bem como de terrenos com capacidade construtiva que se pretendem alocar para a concretização desta intervenção integrada;
- D - O Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU) é também proprietário de imóveis habitacionais na zona de Chelas, designadamente nos Bairros das Amendoeiras / Olival e dos Lóios, que carecem de reabilitação, tendo em vista a sua sustentabilidade futura;
- E - Ambas as entidades estão dispostas a colaborar para o desenvolvimento de uma operação de regeneração urbana, envolvendo uma visão integrada e coerente do espaço e fomentando uma melhoria da sua articulação com a área envolvente;
- F - Nesse sentido, foram já realizados trabalhos no terreno que permitiram a caracterização, diagnóstico e definição de uma estratégia para a reabilitação da zona de Chelas, condições essenciais para a formalização da presente parceria.

Mais considerando que:

- G - O Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU) tem competência para acompanhar, a nível técnico e financeiro, operações integradas de reabilitação urbana, nomeadamente em núcleos habitacionais a reabilitar, onde seja proprietário;
- H - Os Municípios dispõem de atribuições nos domínios do equipamento urbano, do património, da acção social, da habitação, do ambiente, da promoção do desenvolvimento e do ordenamento do território e urbanismo, nos termos do artigo 13.º da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro;

- I - No domínio do património urbanístico do Município, é da competência dos Órgãos Municipais o planeamento, a gestão e a realização de investimentos públicos, em conformidade com o disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 20.º da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro, bem como participar, mediante a celebração de Protocolos com entidades públicas, particulares ou cooperativas, na conservação e recuperação do património, conforme dispõe a alínea c) do n.º 2 da mesma disposição;
- J - Compete à Câmara Municipal colaborar no apoio a programas e projectos de interesse municipal, em parceria com entidades da Administração Central, nos termos da alínea h) do n.º 2 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro;
- K - Compete à Câmara Municipal assegurar, em parceria com outras entidades públicas ou privadas, nos termos da lei, o levantamento, classificação, administração, manutenção, recuperação e divulgação do património cultural e urbanístico do Município, nos termos da alínea m) do n.º 2 do artigo 64.º da Lei mencionada no parágrafo anterior.

Assim, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere, nos termos previstos na alínea b) do n.º 1 e na alínea c) do n.º 2, ambos do artigo 20.º da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro e nas alíneas h) e m) do n.º 2, bem como na alínea d) do n.º 7, ambos do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, autorizar a celebração do Protocolo de Parceria entre o Município de Lisboa e o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, para a concretização do Programa de Reabilitação e Desenvolvimento Integrado de Chelas - Viver Chelas, para o período de 2009 a 2013, cuja minuta se junta em anexo, com encargos financeiros nos Orçamentos de 2009, 2010, 2011, 2012 e 2013.

(Aprovada por unanimidade.)

PROTOCOLO DE PARCERIA PARA A CONCRETIZAÇÃO DO PROGRAMA DE REABILITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DE CHELAS - VIVER CHELAS

Considerando que a reabilitação urbana integrada constitui actualmente uma das prioridades a prosseguir pelas entidades com intervenção territorial, a quem cabe garantir a aplicação dos princípios da sustentabilidade, da revitalização integrada dos espaços intra-urbanos e da parceria, criando condições para um maior envolvimento dos vários sectores institucionais, das populações e suas associações, bem como para a mobilização dos particulares, no contexto das parcerias público-privadas;

Considerando que a Câmara Municipal de Lisboa pretende proceder a uma vasta operação de intervenção para a zona de Chelas, no propósito de criação de uma nova centralidade, de escala metropolitana e nacional, fomentando a convergência de entidades e agentes dinamizadores interessados numa acção integrada coordenada, com impacto no edificado, no redesenho do espaço público e dos equipamentos colectivos;

Considerando as competências do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU) para acompanhar, técnica e financeiramente, operações integradas de reabilitação urbana, nomeadamente no âmbito de programas de iniciativa governamental, bem como em núcleos habitacionais a reabilitar, onde tenha uma presença significativa como proprietário;

Considerando que o Município de Lisboa é proprietário de imóveis habitacionais e comerciais na zona de Chelas que carecem de reabilitação, bem como de terrenos com capacidade construtiva que se dispõe a alocar a esta operação;

Considerando que o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU) assume na zona a qualidade de proprietário de edifícios de habitação, designadamente nos Bairros das Amendoeiras/Olival e dos Lóios, edificado que urge reabilitar, no contexto da sua sustentabilidade futura, sem olvidar as componentes ambiental e social;

Considerando que a área em causa apresenta, para além da degradação física, problemas sociais a par de factores críticos de integração e de deficiente interligação física e funcional com a malha urbana envolvente, que urge colmatar;

Considerando que nesta área se justifica uma melhoria do espaço público envolvente, de modo a criar condições de uma maior e mais dinâmica qualidade urbana;

Considerando que ambas as entidades desejam colaborar no sentido de desenvolverem uma operação de regeneração urbana envolvendo uma visão integrada e coerente do espaço e fomentando uma melhoria da sua articulação com a área envolvente;

Considerando que a CML e o IHRU têm vindo a realizar trabalhos no território-alvo do qual resultou a caracterização, diagnóstico e definição de uma estratégia para a reabilitação da zona de Chelas, estando assim reunidas as condições para a formalização da parceria já existente no terreno;

Aos ... dias do mês de ... de 2008, entre:

O Município de Lisboa, através da Câmara Municipal, adiante designada apenas por CML, representada no acto pelo seu Presidente, Dr. António Costa, e

O Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, adiante referido por IHRU, representado no acto pelo seu Presidente, Eng.º Nuno Vasconcelos.

é celebrado o presente Protocolo no qual as Partes acordam os termos da participação do IHRU, em parceria técnica e financeira com a CML, no Programa de Reabilitação e Desenvolvimento Integrado para Chelas - Viver Chelas, doravante designado simplesmente por Viver Chelas, nos seguintes termos:

Cláusula 1.ª

Âmbito territorial

1 - O território a intervir corresponde aos Bairros das Amendoeiras/Olival, Armador, Condado, Flamenga e Lóios e zona envolvente, definido na planta anexa ao presente Protocolo (Anexo 1), que dele faz parte integrante.

2 - O património edificado a intervir nos bairros ascende a um total de 504 lotes edificados, assim distribuídos:

Bairro	Total lotes edificados	IHRU		CML		Outros promotores	
		Total	%	Total	%	Total	%
Amendoeiras/Olival	121	35	28,9	18	14,9	68	56,2
Armador	118	0	0	69	58,5	49	41,5
Condado	94	0	0	87	92,6	7	7,4
Flamenga	115	0	0	103	89,6	12	10,4
Lóios	56	24	42,9	13	23,2	19	33,9
Total	504	59	11,7	290	57,5	155	30,8

Cláusula 2.ª

Objecto

1 - A colaboração entre a CML e o IHRU, formalizada no presente Protocolo, desdobra-se numa parceria técnica e numa parceria financeira, que consubstanciam o exercício de deveres institucionais de ambas as entidades, articulados de forma coerente no contexto do Viver Chelas.

2 - A parceria técnica incide, designadamente nas seguintes áreas:

- Partilha de recursos técnicos e logísticos;
- Partilha de informação;
- Coordenação das intervenções no espaço público e no edificado, nomeadamente ao nível do planeamento e das implicações sociais que elas acarretam;
- Desenvolvimento e implementação de princípios comuns para os projectos e obras de reabilitação do edificado, nomeadamente ao nível da acessibilidade, da eficiência energética e da mobilização e envolvimento dos proprietários, ocupantes e administrações;
- Desenvolvimento e implementação de uma estratégia comum de comunicação e mobilização da comunidade;

- Colaboração e apoio técnico para a elaboração de candidaturas a programas governamentais e/ou europeus;
- Criação de canais de comunicação privilegiados entre as duas instituições que possibilitem a resolução rápida de todos os assuntos ligados às suas intervenções no terreno.

3 - A parceria financeira traduz-se na concretização de investimentos tendo em conta os seguintes princípios:

- Reabilitação do edificado, de acordo com as responsabilidades de cada um dos parceiros;
- Partilha dos encargos decorrente das intervenções no espaço envolvente ao edificado dos Bairros das Amendoeiras/Olival e Lóios, de acordo com as responsabilidades de cada um dos parceiros;
- Partilha dos encargos com os estudos técnicos necessários à avaliação da viabilidade, a médio e longo prazo do edificado;
- Partilha, proporcional à distribuição dos lotes edificados em função dos promotores iniciais, independentemente da propriedade actual, das despesas relativas à formação e apoio ao funcionamento dos condomínios ou estruturas similares destinadas à administração dos imóveis;
- Partilha equitativa das despesas relativas à realização de estudos técnicos de âmbito socioeconómico.

Cláusula 3.^a

O Programa de Reabilitação e Desenvolvimento Integrado de Chelas - Viver Chelas

1 - O Programa de Reabilitação e Desenvolvimento Integrado de Chelas - Viver Chelas, coordenado pela CML, tem como objectivo geral contribuir para que Chelas se transforme numa comunidade sustentável, isto é, uma comunidade activa, inclusiva e segura, bem gerida, com bons serviços e equipamentos, com preocupações ambientais, habitações e espaços públicos de qualidade, bem conectada com a cidade, economicamente activa e justa para todos.

2 - Viver Chelas prossegue as seguintes orientações estratégicas:

- Promover a reabilitação do edificado, espaços públicos e respectivos equipamentos de acordo com as rotinas quotidianas da população;
- Contribuir, a longo prazo, para a estabilização dos modelos de gestão do edificado e para o equilíbrio entre os custos de manutenção e as receitas, tanto ao nível do edificado como do espaço público;
- Adequar os serviços e equipamentos de apoio social às necessidades da população;
- Promover a coesão social através da capacitação dos indivíduos e das organizações locais como meio para a melhoria sustentável da qualidade de vida;
- Desenvolver a actividade económica local através da modernização do tecido económico, do empreendedorismo e da captação de novos investimentos;
- Criar uma identidade urbana positiva e moderna, exemplar em termos ambientais, associada à qualidade do ambiente urbano e ao dinamismo socioeconómico nas áreas da saúde e do audiovisual.

3 - Considerando as orientações estratégicas referidas nos pontos anteriores e o trabalho de caracterização e diagnóstico entretanto realizado, o Viver Chelas será concretizado através de três Programas Operacionais, identificados no quadro anexo ao presente Protocolo (Anexo 2), que dele faz parte integrante.

4 - A implementação dos Programas Operacionais referidos no número anterior deverá assentar numa forte parceria com a comunidade, capaz de gerar compromissos, prioridades e sinergias na execução dos diversos projectos e iniciativas.

5 - O modelo de implementação dos referidos Programas Operacionais deverá ser capaz de gerar fontes de financiamento diversificadas, designadamente através do envolvimento de privados no contexto de acções concertadas e/ou complementares, a desenvolver através de parcerias formais ou informais.

Cláusula 4.^a

Repartição de deveres funcionais

1 - As Partes comprometem-se a desenvolver todas as acções necessárias à concretização dos objectivos que presidiram à constituição da parceria, designadamente:

- Dar suporte permanente à estratégia definida e à implementação das diversas iniciativas e projectos;
- Trabalhar no sentido de mobilizar financiamento para a concretização das iniciativas, recorrendo a instrumentos de engenharia financeira específicos no quadro de parcerias público-privadas que se revelem adequados à prossecução das metas definidas no Viver Chelas;
- Implementar uma estratégia de comunicação única com as diversas Partes interessadas, capaz de promover a sua mobilização e garantir o seu envolvimento no Viver Chelas;
- Promover um diálogo sistemático com as entidades responsáveis pela concretização de empreendimentos públicos com impacto no território em causa, de forma a garantir a sua articulação com as acções previstas no Viver Chelas e a maximizar as sinergias daí resultantes.

2 - A CML compromete-se, ainda:

- A desenvolver procedimentos, no quadro das suas competências e em obediência aos princípios da legalidade, da transparência e da prossecução do interesse público, que potenciem as iniciativas promovidas no âmbito do Viver Chelas, designadamente os relativos à redução ou isenção de impostos e taxas municipais e os necessários para que a área possa beneficiar dos apoios à reabilitação urbana consagrados na lei;
- A elaborar os regulamentos necessários à concretização das diversas iniciativas desenvolvidas no âmbito do Viver Chelas;
- A garantir a articulação da estratégia definida com os instrumentos de gestão territorial em revisão e/ou a elaborar.

3 - O IHRU assume, ainda, o compromisso de:

- Apoiar as iniciativas desenvolvidas no âmbito do Viver Chelas, no quadro das suas competências, designadamente promovendo uma interlocução activa com os demais sectores da Administração Central;
- Promover iniciativas junto dos proprietários que divulguem os incentivos legais em vigor para a reabilitação dos seus imóveis ou fracções;
- Disponibilizar todos os apoios que sejam admissíveis no contexto da sua missão, em obediência aos princípios da legalidade, da transparência e da prossecução do interesse público.

Cláusula 5.^a

Modelo de gestão

1 - O desenvolvimento do Viver Chelas assenta a sua gestão numa estrutura operacional articulada de acordo com o seguinte organograma:



2 - O Grupo de Supervisão é constituído por elementos da Vereação da CML e por elementos do Conselho Directivo do IHRU, e tem como principal missão assegurar o cumprimento do presente Protocolo:

- 2.1 - Este Grupo reunirá ordinariamente duas vezes por ano, nos meses de Maio e Novembro, e extraordinariamente sempre que necessário, mediante convocatória a preparar pela Equipa Gestora;
- 2.2 - As reuniões ordinárias possuem a seguinte agenda genérica:

- Avaliação do nível de execução dos diversos Programas Operacionais e, caso se revele necessário, definição de medidas correctivas em função das metas pretendidas;
- Definição de prioridades no contexto de um Plano de Actividades e Orçamento para o Viver Chelas;
- Assunção de medidas que eliminem constrangimentos à implementação do Viver Chelas, em termos operacionais e de financiamento;
- Propor e aprovar parcerias no âmbito do Viver Chelas.

3 - O Grupo de Suporte à Implementação visa garantir a articulação expedita entre as estruturas internas da CML e a Unidade de Projecto de Chelas e será operacionalizado pela CML no prazo máximo de 30 dias após a primeira reunião do Grupo de Supervisão:

3.1 - Este Grupo terá uma constituição flexível, adequada às diversas fases de desenvolvimento do Viver Chelas, integrando os dirigentes do mais alto nível da estrutura hierárquica da CML e empresas municipais envolvidas;

3.2 - Ao Grupo de Suporte à Implementação compete, designadamente, assegurar:

- A articulação da estratégia e dos objectivos do Viver Chelas com os dos pelouros;
- A articulação da estratégia e objectivos das Direcções Municipais e Empresas Municipais com os dos pelouros;
- A constituição de parcerias entre a Unidade de Projecto de Chelas e as diversas Direcções/Departamentos Municipais e Empresas Municipais, as quais devem incluir a identificação dos responsáveis pela sua implementação e funcionamento, os objectivos e forma de avaliação da parceria, os recursos envolvidos, o processo chave que a suporta e, ainda, os mecanismos de segurança a activar em caso de incumprimento;
- A avaliação regular das diversas parcerias internas e a implementação de acções de melhoria sempre que necessário.

3.3 - O Grupo de Suporte à Implementação reúne ordinariamente 3 vezes por ano, em Março, Julho e Dezembro, e extraordinariamente, sempre que necessário, mediante convocatória a preparar pela Unidade de Projecto de Chelas.

4 - A Equipa Gestora é a responsável pela execução dos trabalhos necessários à concretização das orientações estratégicas do Viver Chelas e à gestão dos seus Programas Operacionais:

4.1 - A Equipa Gestora é multidisciplinar e interinstitucional e composta por elementos da CML, afectos à DMCURU/Unidade de Projecto de Chelas e por elementos do IHRU;

4.2 - À Equipa Gestora compete, designadamente, assegurar:

- A elaboração dos Planos de Actividades e Orçamentos de acordo com as estratégias aprovadas;
- A apresentação de medidas de simplificação ou de eliminação dos constrangimentos que surjam na implementação do Viver Chelas;
- A apresentação de propostas de parcerias, de projectos de intervenção e de acções no âmbito do presente Protocolo;
- A implementação das acções inscritas no Plano de Actividades;
- A execução das acções pelas quais é responsável ou o acompanhamento daquelas em que é parceiro;
- A elaboração dos regulamentos necessários à concretização das diversas iniciativas desenvolvidas no âmbito do Viver Chelas.

Cláusula 6.^a

Encargos de funcionamento da Equipa Gestora

1 - O IHRU disponibiliza, a título precário e gratuito, um espaço no Bairro das Amendoeiras/Olival para a instalação da Equipa Gestora do Viver Chelas, e suporta os seguintes encargos:

- Comunicação de dados, com excepção dos relativos à ligação de fibra óptica à rede informática da CML;
- Manutenção da infra-estrutura da rede informática;
- Manutenção do sistema de ar condicionado instalado;
- Limpeza e manutenção corrente das instalações.

2 - A CML suporta todos os demais encargos inerentes à utilização do espaço e ao funcionamento da Equipa Gestora, designadamente:

- Comunicações de voz;
- Encargos decorrentes da ligação de fibra óptica à rede informática da CML;
- Água e electricidade;
- Encargos relacionados com o software;
- Todos os consumíveis necessários ao funcionamento da Equipa Gestora.

3 - As despesas relativas a remunerações e outros abonos, incluindo deslocações e ajudas de custo, são suportadas pela entidade patronal respectiva.

4 - Em caso de dissolução da Equipa Gestora, a CML compromete-se a libertar de pessoas e bens o espaço referido no número anterior, no prazo de 3 meses a contar da notificação que, para o efeito, lhe for efectuada.

Cláusula 7.^a

Investimento global

1 - O investimento global estimado para o desenvolvimento das acções incluídas nos Programas Operacionais do Viver Chelas ascende a 51 649 400 euros (cinquenta e um milhões seiscientos e quarenta e nove mil e quatrocentos euros), de acordo com o quadro anexo ao presente Protocolo (Anexo 3), que dele faz parte integrante.

2 - A previsão de investimento a que se reporta o número anterior será revista e aperfeiçoada com o desenvolvimento dos diversos Programas Operacionais, sendo as suas alterações objecto de prévia aprovação pelo Grupo de Supervisão.

Cláusula 8.ª

Partilha de encargos

1 - A partilha de encargos com a execução dos Programas Operacionais do Viver Chelas desenvolve-se no contexto das atribuições e competências legais da CML e do IHRU, e pressupõe a seguinte repartição de encargos:

Reabilitação do edifício de promoção inicial do IHRU	O IHRU assume os encargos proporcionais à sua posição no condomínio
Reabilitação do edifício de promoção inicial da CML	A CML assume os encargos proporcionais à sua posição no condomínio
Estudos necessários à implementação e monitorização dos diversos programas operacionais.	A CML assume 50% e o IHRU 50%
Formação e apoio aos condomínios	O IHRU assume 12% e a CML 88%
Outras intervenções	A CML assume 100%

2 - O IHRU assume, ainda, a responsabilidade pelas intervenções no espaço directamente adjacente aos edifícios de que é proprietário, sem prejuízo de, em função do desenvolvimento do programa, das prioridades de intervenção e da articulação com os demais parceiros, poder vir a acordar com a CML uma permuta ao nível do financiamento de projectos. Esta poderá traduzir-se na assunção, pelo IHRU, dos encargos, totais ou parciais, na realização de uma intervenção em espaço público em área não adjacente à sua propriedade, desde que a CML assegure, em contrapartida, as obras na envolvente dos referidos edifícios.

4 - Para efeitos do disposto no número anterior, será elaborado entre a CML e o IHRU um acordo adicional que justifique a permuta de responsabilidades e calendarize os investimentos, sendo em qualquer circunstância considerado como limite máximo de investimento do IHRU no espaço público o montante de 602 080 euros, valor que assenta na estimativa de custos para as obras necessárias no espaço directamente adjacente aos edifícios da propriedade do IHRU.

5 - Os encargos de cada uma das Partes face ao investimento global estimado, e no contexto da metodologia constante dos números anteriores, encontra-se discriminado em anexo ao presente Protocolo (Anexo n.º 3), que dele faz parte integrante.

Cláusula 9.ª

Calendarização

1 - A programação plurianual associada ao investimento previsível encontra-se vertida no Anexo n.º 3 do presente Protocolo, que dele faz parte integrante.

2 - As Partes acordam na necessidade de coordenar as intervenções a realizar no âmbito dos Programas Operacionais com as intervenções já previstas pelo IHRU para o Bairro das Amendoeiras/Olival.

3 - Cada uma das acções incluídas nos Programas Operacionais apenas deve ser iniciada quando garantida a disponibilidade das verbas necessárias no quadro dos documentos de programação referidos no n.º 4.2 da Cláusula 5.ª.

Cláusula 10.ª

Disposições finais

1 - As dúvidas, lacunas ou outras questões relativas à aplicação do presente Protocolo são resolvidas por acordo das Partes.

2 - O presente Protocolo é válido até ao final de 2014, podendo, mediante acordo das Partes, ser alterado, prorrogado ou revisto através de Adenda.

3 - O presente Protocolo poderá ser resolvido por qualquer das Partes salvaguardados os compromissos assumidos com terceiros de boa-fé e assentará em fundamentação detalhada.

4 - Os litígios emergentes da aplicação do presente Protocolo serão submetidos ao Foro de Lisboa, com renúncia expressa a qualquer outro.

O Presidente da CML,
(a) Dr. António Costa

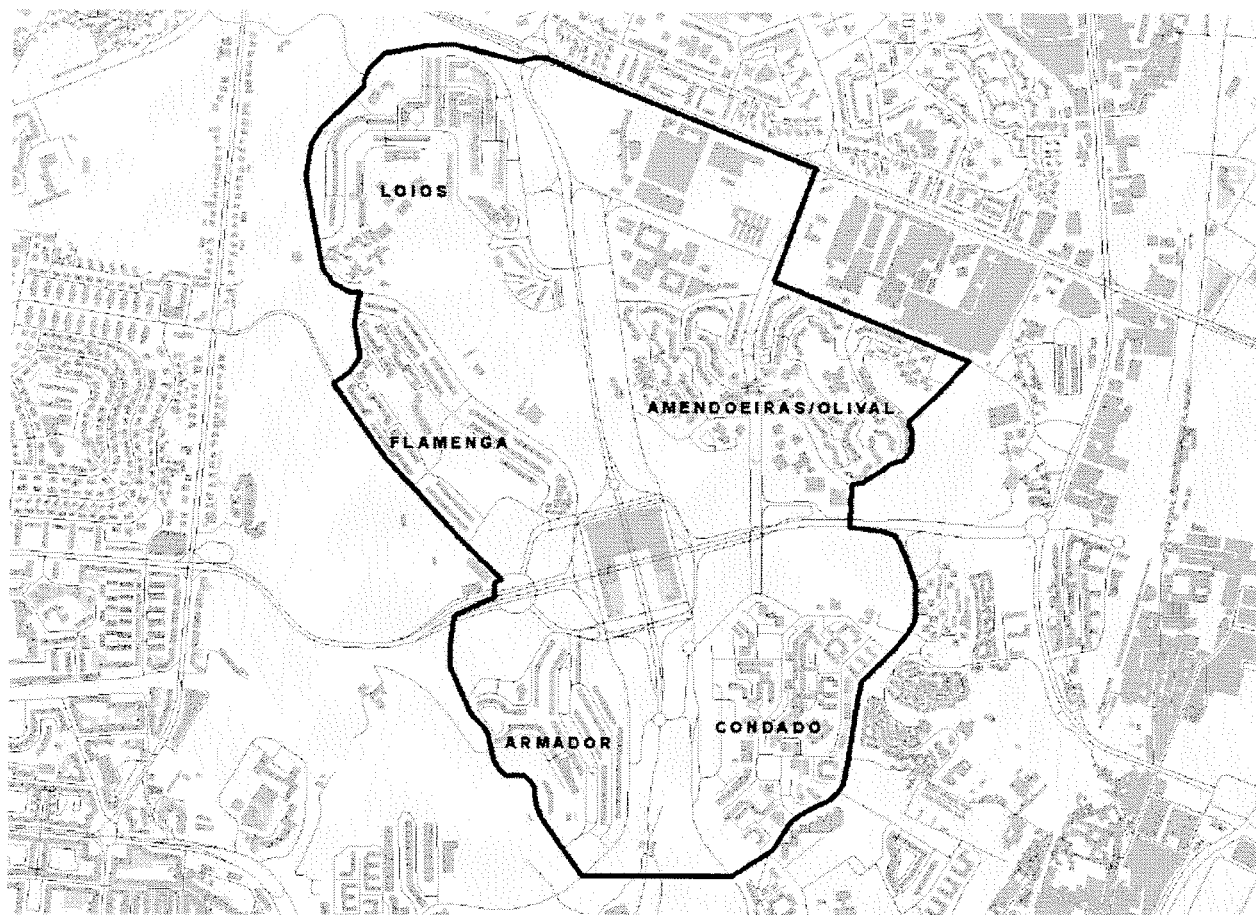
O Presidente do IHRU,
(a) Eng.º Nuno Vasconcelos

Feito em duplicado, ficando um original com cada um dos Outorgantes.

Não é devido imposto de selo, nos termos do artigo 6.º do Código do Imposto de Selo, aprovado pela Lei n.º 150/99, de 11 de Setembro.

ANEXO N.º 1

Delimitação do território objecto do Protocolo



ANEXO N.º 2

Programas Operacionais

I - Programa Operacional para a mobilização da população e cidadania:

Pretende mobilizar e promover a capacitação das pessoas e organizações da sociedade civil, para que elas possam ser parceiros activos e capazes de desenvolverem projectos sustentáveis que contribuam para a resolução dos problemas da comunidade. São prioritárias as intervenções que possam dar resposta aos seguintes problemas:

- Baixos níveis de escolaridade, qualificação, absentismo e abandono escolar;
- Desemprego (criando sinergias com o Programa Operacional II);
- Desadequação dos serviços e equipamentos sociais (nomeadamente para as crianças, jovens e idosos);
- Dependências de drogas e álcool;
- Deficiente manutenção e uso do edificado, espaços e equipamentos públicos.

Para o sucesso deste programa é fundamental a capacidade de se gerarem parcerias entre a população, instituições, organizações não governamentais e empresas. Neste contexto é importante o desenvolvimento de uma estratégia de comunicação suportada numa Marca forte para o Viver Chelas, que traga notoriedade para o projecto, que disponibilize formas de ligação fácil e acessível entre o Viver Chelas e a população e que, ao mesmo tempo, atraia investidores privados interessados em participar no âmbito das suas políticas de responsabilidade social.

Este Programa Operacional inclui iniciativas no sentido de:

- Promover o empreendedorismo e o emprego;
- Divulgar as empresas e o comércio local;
- Sensibilizar para a qualificação e adequada manutenção e uso do edificado naquilo que é da responsabilidade das administrações dos imóveis e ocupantes em geral;
- Promover o envolvimento da comunidade na manutenção e qualificação do uso dos espaços públicos (ex: dinamização, prevenção do vandalismo, integração da óptica do utilizador nos modelos de manutenção, pequenas obras);
- Promover uma atitude ambientalmente responsável (ex: reciclagem de lixos, poupança de água e energia, ruído nocturno);

- Promover valores cívicos e o sentimento de pertença ao bairro (ex: promoção de um espírito de partilha de recursos e experiências entre comunidades e entre bairros; envolvimento responsável nos processos de decisão; promoção de medidas locais e comunitariamente aceites para combate e prevenção do crime, dependências, e comportamentos anti-sociais).

II - Programa Operacional para o desenvolvimento socioeconómico:

Nos próximos anos a zona de Chelas irá ser objecto de vários investimentos com óbvios reflexos ao nível socioeconómico de que constituem exemplos a instalação do Parque Hospitalar Oriental de Lisboa e a Terceira Travessia do Tejo.

Apresenta-se, pois, essencial que o tecido empresarial local e a população em geral se preparem adequadamente para essa nova realidade e simultaneamente se suportem nela para a resolução de alguns dos problemas que mais os têm afectado.

Este Programa Operacional inclui iniciativas no sentido de:

- Promover e concretizar uma Estratégia de Desenvolvimento Socioeconómico para Chelas, designadamente mediante o aprofundamento das linhas estratégicas delineadas para a área económica e a realização de uma Carta de Equipamentos e Serviços de Apoio à População;
- Garantir a articulação dos instrumentos jurídicos de gestão do território em revisão e/ou a elaborar com a estratégia definida pelo Programa Viver Chelas, com vista à sua viabilização;
- Promover a modernização da estrutura empresarial local;
- Atrair investimento para Chelas, nomeadamente nas áreas estratégicas da saúde, ambiente e audiovisual;
- Adequar a rede de serviços e equipamentos de apoio à população (ex: adequação da qualidade, variedade e acessibilidade dos serviços públicos, privados, comunitários e voluntários; promoção de projectos acessíveis a todos, sustentáveis e em rede, com o envolvimento das organizações locais; parcerias com entidades públicas, instituições sem fins lucrativos e empresas);
- Promover a diversificação do uso e a rentabilização do edificado (inclui: a adequação do uso do edificado e a rentabilização das fracções desocupadas).

III - Programa Operacional para obras de qualificação do edificado e do espaço público:

Este programa operacional integra essencialmente as obras que são da responsabilidade da CML e do IHRU, sejam elas em edifícios, em espaços directamente adjacentes a edifícios ou no espaço público. Não se incluem aqui as intervenções da responsabilidade das administrações dos imóveis.

Quanto ao espaço público e respectivos equipamentos, este programa pretende promover espaços urbanos de qualidade, diversificados, com hierarquias e identidades definidas, com mobilidade e acessibilidade de qualidade, ambientalmente exemplares, com custos de construção e de manutenção adequados. Incluem-se aqui as ruas, praças, espaços verdes, parques infantis, zonas de estadia, espaços desportivos descobertos, esplanadas, quiosques e outras ocupações de espaços públicos, áreas expectantes, etc. Se nos diversos tipos de iniciativas o envolvimento da população é fundamental, no que diz respeito ao espaço público isso será feito mesmo antes de existir qualquer projecto, e irá até à fase de manutenção.

Já quanto ao edificado, além das preocupações habituais, a sua reabilitação deverá ter em conta os seguintes princípios:

- O da implementação do conceito de «casa para a vida», ou seja, as intervenções nos edifícios devem promover a acessibilidade e a funcionalidade para todos os utilizadores, nomeadamente para os que têm mobilidade reduzida;
- O da obrigatoriedade de existir uma administração do imóvel e, sempre que legalmente possível, um condomínio com regulamento aprovado, como condição prévia para a realização de obras de reabilitação, sejam elas do IHRU ou da CML (excluem-se naturalmente as situações de urgência);
- O da introdução, nas obras de reabilitação do edificado, de medidas para a melhoria da eficiência energética dos edifícios e fracções e a progressiva introdução da microgeração como forma de reduzir os custos de manutenção.

Este Programa Operacional inclui essencialmente dois tipos de iniciativas:

- Intervenções no edificado (inclui: estudo da viabilidade do edificado problemático, a realização de projectos e obras da responsabilidade da CML e IHRU; realização de um Guia Técnico para as obras dos Promotores);
- Intervenções nos espaços directamente adjacentes aos edifícios e nos espaços públicos dos bairros (ex: Guia Técnico para Projectos de Espaço Público no Âmbito do Viver Chelas; realização de projectos e obras para a requalificação e construção de novos espaços públicos e equipamentos).

ANEXO N.º 3

Estimativa orçamental por tipologia de intervenção

TIPOLOGIA DE INTERVENÇÃO	CRITÉRIOS DE REPARTIÇÃO DOS CUSTOS	ENCARGOS CML (€)					ENCARGOS IHRU (€)					TOTAL
		2009	2010	2011	2012	2013	2009	2010	2011	2012	2013	
Reabilitação de Espaços e Equipamentos Públicos	A CML assume 89,4 e o IHRU 10,6%	924.520	3.272.700	2.628.200	2.469.100	2.135.800	77.380	111.300	137.800	148.400	127.200	12.032.400
Intervenções da exclusiva responsabilidade da CML		271.900	2.334.000	1.466.000	1.217.500	1.063.000						6.352.400
Obras requalificação/construção equip. espaços públicos Bairro das Amendoeiras / Olival		250.320	581.100	983.400	1.162.200	1.072.800	29.680	68.900	116.600	137.800	127.200	4.530.000
Obras requalificação/construção equipamentos e espaços públicos no Bairro dos Lóios		402.300	357.600	178.800	89.400	0	47.700	42.400	21.200	10.600	0	1.150.000
Reabilitação do Edificado		3.096.800	5.675.500	6.945.000	3.193.000	3.090.000	2.054.200	5.009.000	5.006.000	2.000.000	1.000.000	37.069.500
Iniciativas do Programa da exclusiva responsabilidade da CML		3.016.000	5.609.500	6.901.000	3.193.000	3.090.000						21.809.500
Reabilitação edificado IHRU							2.000.000	5.000.000	5.000.000	2.000.000	1.000.000	15.000.000
Estudo da viabilidade dos edifícios	A CML assume 50% e o IHRU 50%	50.000					50.000					100.000
Formação e apoio aos condomínios	O IHRU assume 12% e a CML 88%	30.800	66.000	44.000			4.200	9.000	6.000			160.000
Área Social	Os encargos do IHRU são só os referentes a 50% do valor dos estudos	87.500	250.000	950.000	250.000	250.000	25.000	25.000	25.000	25.000	25.000	1.912.500
Empreendedorismo e PMEs	Os encargos do IHRU são só os referentes a 50% do valor dos estudos	125.000	185.000	130.000	67.500	47.500	50.000	10.000	10.000	7.500	2.500	635.000
TOTAL		4.233.820	9.383.200	10.653.200	5.979.600	5.323.300	2.206.380	5.155.300	5.178.800	2.180.900	1.154.700	51.649.400

TOTAIS ANUAIS (CML + IHRU)	2009	2010	2011	2012	2013	TOTAL
	6.440.400	14.538.500	15.832.000	8.160.500	6.678.000	51.649.400

TIPOLOGIA DE INTERVENÇÃO	TOTAL DE ENCARGOS SUPOSTADOS PELA CML		TOTAL DE ENCARGOS SUPOSTADOS PELO IHRU		TOTAL
	Valor	%	Valor	%	
Reabilitação Espaços e Equipamentos Públicos	11.430.320	95,0	602.080	5,0	12.032.400
Reabilitação do Edificado	22.000.300	59,3	15.069.200	40,7	37.069.500
Área Social	1.787.500	93,5	125.000	6,5	1.912.500
Empreendedorismo e PMEs	555.000	87,4	80.000	12,6	635.000
TOTAL	35.773.120	69,3	15.876.280	30,7	51.649.400

Adiada em R. Cont.
de S. G. de 14.1.12,
bem como R. Cont. de
S. G. de 24.1.12.

A PRESIDENTE



DACM
Imp. n.º 9/2014
56

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

PROPOSTA N.º 734/2011

Adiada em R. Cont. de
S. G. de 31.1.2012,
bem como R. Cont. e agendas.

A PRESIDENTE

Adiada em S. G.
de 29.2.12, bem
como R. Cont. de
6.3.12.

A PRESIDENTE

Assunto: Aprovação da Alteração ao Regulamento Municipal de Taxas Relacionadas com a Actividade Urbanística e Operações Conexas, de adaptação à Revisão do Plano Director Municipal.

Pelouro: Presidente e Vereador Manuel Salgado
Serviços: Unidade de Coordenação Territorial, Direcção Municipal de Planeamento, Reabilitação e Gestão Urbanística, Direcção Municipal de Projectos e Obras e Lisboa Ocidental, SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana, E.E.M.

Adiada em
R. Cont. de S. G.
de 6.3.12, bem
como R. Cont. de
20.3.12.

A PRESIDENTE

Considerando que:

O Regulamento Municipal de Taxas Relacionadas com a Actividade Urbanística e Operações Conexas (RMTRAUOC) aprovado através da Deliberação 15/AM/2009, foi publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 129, de 7 de Julho de 2009, através do Aviso n.º 11983/2009, tendo entrado em vigor a 6 de Agosto de 2009;

Adiada em
R. Cont. de
20.3.12, bem
como R. Cont.
e agendas.

A PRESIDENTE

Decorrido um ano sobre a data da sua entrada em vigor, se verificou a necessidade de aclarar e corrigir alguns aspectos do Regulamento pelo que, através da Deliberação n.º 574/AM/2010, publicada no Diário da República, 2.ª Série, n.º 32, de 15 de Fevereiro de 2011, foram aprovadas alterações aos Anexos I e IV e ao ponto 4 do Anexo V, respectivamente, não tendo contudo sido alterado o articulado do Regulamento;

Adiada em R. Cont. S. G. de
31.1.12, bem
como R. Cont. e agendas.

A PRESIDENTE

A partir de Janeiro de 2008 foi reiniciado o processo de Revisão do Plano Director Municipal de Lisboa, prevendo a proposta de Revisão do Plano Director Municipal que o valor das taxas urbanísticas que incidem nas operações urbanísticas devem ponderar o investimento público e os objectivos de política urbanística propostos no PDM;

Adiada em S. G.
de 24.4.12, bem
como R. Cont. S. G. de
8.5.12.

A PRESIDENTE

Adiada em R. Cont. de S. G. de
8.5.12, bem
como R. Cont. e
agendas.

A PRESIDENTE

Se encontra neste momento aprovado o projecto de versão final de Revisão do Plano Director Municipal de 1994 (PDM) para efeitos de submissão à Assembleia Municipal e que, o RMTRAUOC como instrumento de política urbanística deve adaptar-se àquele, quanto à estratégia, aos conceitos e às categorias de espaço urbano;

Adiada em R. Cont. de S. G. de 24.5.12, bem como R. Cont. e agendas.

A PRESIDENTE

Em 21 de Setembro de 2011 a Câmara Municipal, através da Proposta n.º 532/2011, deliberou submeter a discussão pública, a proposta de Alteração ao RMTRAUOC, para recolha de

Adiada em R. Cont.

Adiada em S. G. de 24.6.12.



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

sugestões, ao abrigo do n.º 3 do artigo 3.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação e do artigo 118.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro, tendo sido para o efeito publicado no Boletim Municipal, ano XVIII, 1.º Suplemento, n.º 919, de 29/09/2011;

A discussão pública, que decorreu entre 30 de Setembro e 14 de Novembro, consistiu na recolha de observações e sugestões de todos os interessados sobre o projecto, com vista à respectiva ponderação e elaboração da versão final, tendo apenas dado entrada uma participação que não determinou no entanto qualquer modificação ao projecto de alteração ao RMTRAUOC;

Do mesmo modo e em sede de ponderação das participações recebidas no âmbito do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação de Lisboa, foi necessário efectuar uma adaptação no projecto de Regulamento;

Assim, temos a honra de propor ao Plenário da Câmara Municipal de Lisboa que delibere aprovar a proposta de Alteração ao "Regulamento Municipal de Taxas Relacionadas com a Actividade Urbanística e Operações Conexas", ao abrigo do disposto no n.º 7 do artigo 112.º e no artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa e, para efeitos de ulterior aprovação pela Assembleia Municipal, nos termos da alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º, conjugada com a alínea a) do n.º 2 do artigo 53.º, ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de Março e dos artigos 116.º a 118.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro.

Lisboa, 16 de Dezembro de 2011

O Vereador

Manuel Salgado



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

ACTA EM MINUTA

Nos termos e para os efeitos do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei nº 5-A/2002 de 11 de Janeiro e 27º nºs 3º e 4º do Código do Procedimento Administrativo, bem como o disposto no artigo 18º nº 3 do Regimento da CML, foram aprovadas na Reunião de Câmara de 21 de Dezembro de 2011, as actas, o voto de pesar e as propostas a seguir discriminadas, constituindo o presente documento, bem como os originais dos referidos voto de pesar e propostas, a acta em minuta:

Apreciação e aprovação das Actas nºs 89 e 90;

(Aprovadas por unanimidade)

Voto de Pesar n.º 18/2011 (Subscrito pela Câmara)

Aprovar o voto de pesar pelo falecimento da artista lusófona Cesária Évora, nos termos do voto de pesar;

(Aprovado por unanimidade)

Proposta n.º 730/2011 (Subscrita pelo Sr. Vereador Manuel Salgado e pela Sr.ª Vereadora Helena Roseta)

Aprovar o projecto de delimitação da área de reabilitação urbana, com a fundamentação constante da Estratégia de Reabilitação Urbana de Lisboa 2011/2024, para efeitos de envio à Assembleia Municipal para aprovação, nos termos da proposta;

(Aprovada por maioria com 8 votos a favor (7PS, 1Ind.), 6 votos contra (5PPD/PSD e 1CDS/PP) e 1 abstenção (1PCP))



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

Proposta n.º 734/2011 (Subscrita pelo Sr. Vereador Manuel Salgado)

Aprovar a Alteração ao Regulamento Municipal de Taxas Relacionadas com a Actividade Urbanística e Operações Conexas, de adaptação à Revisão do Plano Director Municipal, para efeitos de submissão à Assembleia Municipal de Lisboa, nos termos da proposta;

(Aprovada por maioria com 8 votos a favor (7PS e 1Ind.) e 7 abstenções (5PPD/PSD, 1CDS/PP e 1PCP))

Proposta n.º 735/2011 (Subscrita pelo Sr. Vereador Manuel Salgado)

Aprovar a adjudicação da Empreitada n.º 301/DMPO/DCCE/GVMS/2010 - "Reabilitação do Cine-Teatro Capitólio, sito no Parque Mayer" - (Contrapartida do Casino de Lisboa) - a respectiva repartição de encargos e ratificar as decisões de rectificação do júri e de aprovação das listas de erros e omissões, nos termos da proposta;

(Aprovada por maioria com 8 votos a favor (6PS, 1Ind. e 1PCP), 1 voto contra (1CDS/PP) e 6 abstenções (6PPD/PSD))

O Sr. Vereador Sá Fernandes não participou na votação.

Proposta n.º 736/2011 (Subscrita pelo Sr. Vereador Manuel Salgado)

Aprovar a decisão de contratar a Empreitada n.º 13/DMPO/DCMIVP/DPCIVP/2011 - "Construção da Ligação Pedonal do Pátio B da Zona Sinistrada do Chiado ao Largo do Carmo e Terraços do Carmo" - (Contrapartida do Casino de Lisboa), com recurso a concurso público, aprovação das peças do procedimento, incluindo o projecto de execução e nomeação do júri, nos termos da proposta;

(Aprovada por maioria com 13 votos a favor (7PS, 5PPD/PSD e 1PCP) e 1 abstenção (1CDS/PP))



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

Proposta n.º 725/2011 (Subscrita pela Sr.ª Vereadora Catarina Vaz Pinto)

Aprovar autorizar a transferência de verba prevista para 2011 para o Novo Grupo de Teatro, C.R.L, nos termos da proposta;

(Aprovada por maioria com 10 votos a favor (7PS, 2Ind. e 1PCP) e 7 votos contra (6PPD/PSD e 1CDS/PP))

Proposta n.º 749/2011 (Subscrita pela Sr.ª Vereadora Maria João Mendes)

Aprovar ratificar o despacho do Senhor Presidente da CML que aprovou a 21ª alteração ao Orçamento 2011, nos termos da proposta;

(Aprovada por maioria com 9 votos a favor (7PS e 2Ind.), 2 votos contra (1CDS/PP e 1PCP) e 5 abstenções (5PPD/PSD))

Nos termos do n.º 3 do Art. 92.º da supra citada Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro e com a redacção dada pela Lei nº 5-A/2002 de 11 de Janeiro eu, *Paula Ley* Directora do Departamento de Apoio aos Órgãos e Serviços do Município mandei lavrar.

Paços do Concelho, em 21 de Dezembro de 2011

O Presidente

António Costa
- António Costa -



**2.ª Reunião da Sessão Ordinária
iniciada em 26 de Junho de 2012**

ACTA EM MINUTA

Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redação introduzida pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, do estipulado nos n.ºs 3 e 4 do artigo 27.º do Código do Procedimento Administrativo e, ainda, do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 72.º do Regimento da Assembleia, deliberou a Assembleia Municipal de Lisboa aprovar em minuta a parte da ata referente às Propostas aprovadas na reunião de 24 de Julho de 2012, e a seguir discriminadas, constituindo o presente documento, bem como os originais das referidas propostas, a ata em minuta: -----

Proposta n.º 530/2011

(Subscrita pelo Vice-Presidente Manuel Salgado)-----

Submeter à apreciação e deliberação da AML o projeto de versão final da Revisão do Plano Diretor Municipal de Lisboa, nos termos da proposta, ao abrigo do disposto na alínea r) do n.º 1 do art.º 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro;

(Aprovada por maioria com a seguinte votação: Votos a Favor- PS/ 3 IND - Votos Contra – PCP/ CDS-PP/BE/ PPM/ PEV – Abstenções- PSD/MPT)-----

Proposta n.º 455/2012

(Subscrita pelo Vice-Presidente Manuel Salgado)-----

Submeter à apreciação e deliberação da AML a alteração à Proposta n.º 530/2011, relativa ao projecto de versão final da Revisão do Plano Diretor Municipal de Lisboa, nos termos da proposta, ao abrigo do disposto na alínea r) do n.º 1 do art.º 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro.-----

(Aprovada por maioria com a seguinte votação: Votos a Favor- PS/ 4 IND - Votos Contra – PCP/ CDS-PP/ BE/ PPM/PEV – Abstenções- PSD/ MPT)-----

Proposta n.º 734/2011

(Subscrita pelo Vereador Manuel Salgado)-----

Submeter à apreciação e deliberação da AML a alteração ao Regulamento Municipal de Taxas Relacionadas com a Atividade Urbanística e Operações Conexas, de adaptação à revisão do Plano Diretor Municipal, nos termos da proposta, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro;-----

(Aprovada por maioria com a seguinte votação: Votos a Favor- PS/ 4 IND - Abstenções- PSD/ PCP/ CDS-PP/ BE/ PPM/ MPT/ PEV)-----

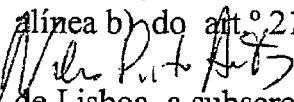


Proposta n.º 362/2012

(Subscrita pelo Vice-Presidente Manuel Salgado)-----

Submeter à apreciação e deliberação da AML a autorização para a assunção dos compromissos plurianuais, no âmbito da Empreitada N.º 85/DMPO/DCME/GVMS/11 – “Construção de Infra-estruturas e Espaços Públicos, do Equipamento – Campo de Jogos Informal e do Edifício de Equipamentos de Proximidade (CRECHE, RESIDÊNCIA SÊNIOR, SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO E CENTRO DE DIA), da FASE A0 E A1 – FINANCIAMENTO DO QREN – Br. Padre Cruz”, de que resulta modificação ao Plano Plurianual de Investimentos (PPI) – PROCESSO N.º 0030/CP/CP/DEPS/N.D./2011, nos termos da proposta, ao abrigo do disposto na alínea r) do n.º 1 do art.º 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro.-----

(Aprovada por maioria com a seguinte votação: Votos a Favor- PS/ PCP/ 4 IND/ BE/ MPT/ PEV - Abstenções- PSD/ CDS-PP/ PPM)-----

Nos termos do n.º 3 do art.º 92.º da supra citada Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, e da alínea b) do art.º 21.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, eu , 1.º secretário da Mesa da Assembleia Municipal de Lisboa, a subscrevi. -----

Nada mais havendo a acrescentar, deu-se por encerrada esta sessão às vinte horas.-----

Sala das reuniões da Assembleia Municipal de Lisboa, em vinte e quatro de julho de dois mil e doze. -----

----- A Presidente -----


----- Simonetta Luz Afonso -----



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

ATA EM MINUTA

Nos termos e para os efeitos do artigo 57º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, bem como o disposto no artigo 19º nº 2 do Regimento da CML, foram aprovadas na Reunião de Câmara de 15 de janeiro de 2014, os votos de pesar, as propostas a seguir discriminadas, constituindo o presente documento, bem como os originais dos referidos documentos, a ata em minuta:

Apreciação e aprovação da Ata da Reunião Pública de Câmara de 27 de Novembro de 2013
(Aprovada por unanimidade)

Voto de Pesar n.º 1/2014 (Subscrito pelo Sr. Vereador Jorge Máximo)

Aprovar o voto de pesar pelo falecimento do atleta Eusébio da Silva Ferreira, nos termos do voto de pesar;

(Aprovado por unanimidade)

Voto de Pesar n.º 2/2014 (Subscrito pelo Sr. Vereador Jorge Máximo)

Aprovar o voto de pesar pelo falecimento do atleta Nuno Figueiras, nos termos do voto de pesar;

(Aprovado por unanimidade)

Proposta n.º 1/2014 (Subscrita pelos Srs. Vereador Fernando Medina e Manuel Salgado)

Aprovar o plano de liquidação da EPUL, nos termos da proposta;

(Adiada)

Proposta n.º 2/2014 (Subscrita pela Sr. Vereador Fernando Medina)

Aprovar a ratificação do Despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lisboa respeitante à assunção de dívidas da EPUL, nos termos da proposta;

(Adiada)



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

Proposta n.º 7/2014

(Subscrita pelo Sr. Vereador Manuel Salgado)

Aprovar o indeferimento do recurso hierárquico relativo à declaração de imóvel devoluto sito na Costa do Castelo, 43, interposto por Jorge Alberto Osório de Vasconcelos Jardim Gonçalves, de acordo com o Parecer Jurídico n.º 0065/DCAJ/DJ/2013, nos termos da proposta;

(Aprovada por unanimidade)

Proposta n.º 8/2014

(Subscrita pelo Sr. Vereador Manuel Salgado)

Aprovar o indeferimento do recurso hierárquico relativo à declaração de imóvel devoluto sito na Estrada de Telheiras, 113-113 B, interposto por Socei - Cooperativa Equipamentos Centro de Ensino, CRL, de acordo com o Parecer Jurídico n.º 0083/DJ/DCAJ/2013, nos termos da proposta;

(Aprovada por maioria com 16 votos a favor (9PS, 2Ind., 3PPD/PSD e 2PCP) e 1 abstenção (CDS/PP))

Proposta n.º 9/2014

(Subscrita pelo Sr. Vereador Manuel Salgado)

Aprovar submeter à aprovação da Assembleia Municipal, a isenção de taxas pela ocupação do domínio público municipal na realização de obras de conservação promovidas pelo Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana nos Lotes 2, 3, 4, 17, 18, 19, 20 e 34 do Bairro das Amendoeiras, em cumprimento da Cláusula 4ª do Protocolo de Parceria para a concretização do Programa de Reabilitação e Desenvolvimento Integrado de Marvila - Viver Marvila, nos termos da proposta;

(Aprovada por unanimidade)

Proposta n.º 10/2014

(Subscrita pelo Sr. Vereador Manuel Salgado)

Aprovar submeter à Assembleia Municipal a desafetação do domínio público municipal de uma parcela de terreno, com a área de 265,00m2, sita a tardoz dos prédios n.ºs 1 e 3 da Rua Aboim Ascensão e n.º 1 da Rua Afonso Lopes Vieira, nos termos da proposta;

(Aprovada por maioria com 13 votos a favor (9PS, 2Ind., e 2PCP) e 4 abstenções (3PPD/PSD e 1CDS/PP))



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

Proposta n.º 29/2014

(Subscrita pelo Sr. Vereador João Afonso)

Aprovar o indeferimento do pedido de Apoio Financeiro Excepcional do Centro Social e Paroquial de Santa Catarina no âmbito do FES – Vertente IPSS, nos termos da proposta;

(Aprovada por unanimidade)

Nos termos do n.º 3 do Art. 57.º da supra citada Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro eu, *Rui Leal* Directora do Departamento de Apoio aos Órgãos e Serviços do Município mandei lavrar.

Paços do Concelho, em 15 de janeiro de 2014

O Presidente

António Costa

- António Costa -

PROPOSTA 9/2014 - APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, A ISENÇÃO DE TAXAS PELA OCUPAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL NA REALIZAÇÃO DE OBRAS DE CONSERVAÇÃO PROMOVIDAS PELO INSTITUTO DA HABITAÇÃO E DA REABILITAÇÃO URBANA NOS LOTES 2, 3, 4, 17, 18, 19, 20 E 34 DO BAIRRO DAS AMENDOEIRAS, EM CUMPRIMENTO DA CLÁUSULA 4ª DO PROTOCOLO DE PARCERIA PARA A CONCRETIZAÇÃO DO PROGRAMA DE REABILITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DE MARVILA - VIVER MARVILA, NOS TERMOS DA PROPOSTA;

O Sr. Presidente: - Ponto 9 da Ordem de Trabalhos, Proposta 9/2014 não vejo pedidos de palavra vamos votar quem vota contra? quem se abstém? Aprovada por unanimidade.

O Sr. Presidente pôs à votação a Proposta 9/2014 a qual foi aprovada por unanimidade.